



**DISCURSO DO ALMIRANTE
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA E
AUTORIDADE MARÍTIMA NACIONAL,
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DO
DIA DA POLÍCIA MARÍTIMA 2025**

Sines, 14 de setembro de 2025

Vossa Excelência Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional,

Vossa Excelência Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sines, e na vossa pessoa saudando Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Sines e a Exma. Sra. Presidente da Assembleia da Freguesia de Sines

Vossa Excelência Sr. Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República,

Exmo. Sr. Almirante Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima,

Exmo. Sr. Comissário-General da Polícia Judicial de Espanha,

Exmo. Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública

Exmo. Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária,

Exmo. Sr. Brigadeiro-General Diretor do Departamento de Recursos Financeiros da Guarda Nacional Republicana, em representação do Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana,

Exmo. Sr. Diretor Regional do Algarve do SIS, em representação do Diretor do Serviço de Informações de Segurança,

Exmo. Sr. Representante do Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa,

Exmo. Sr. 2º Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil do Alentejo, em representação do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,

Exma. Sra. Diretora-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira,

Exmo. Sr. Diretor-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos,

Exmo. Sr. Diretor do *Maritime Analysis and Operations Centre*,

Exmos. Srs. Diretores-gerais e Presidentes de Conselho de Administração, aqui presentes,

Exmos. Srs. Almirantes e demais Oficiais Gerais,

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança,

Exmos. Srs. Vereadores, Ilustres Autarcas,

Exmos. Srs. Chefes dos Departamentos Marítimos e Comandantes Regionais da Polícia Marítima,

Responsáveis de Forças e Serviços de Segurança, aqui presentes,

Ilustres Autoridades Civas, Militares e Religiosas,

Polícias Marítimos, Militares, militarizados e civis da Marinha e da AMN,

Ilustres e insignes convidados,

Cidadãos de Sines

Minhas Senhoras e meus Senhores.

É com imensa honra e alegria que participo nas cerimónias do Dia da Polícia Marítima nesta magnífica cidade, **que foi berço do navegador Vasco da Gama, uma das figuras maiores da história portuguesa e mundial, e da gesta marinheira portuguesa.**

Sines sempre teve, e continua a ter, um papel muito significativo nas atividades ligadas ao mar, sendo o Porto de Sines um dos maiores e mais importantes portos de águas profundas da Europa. Este porto desempenha um papel crucial no comércio internacional, especialmente como porta de entrada para mercadorias vindas de e para a Europa, América e África. Por tudo isto Sines foi, e continuará a ser **escolha óbvia e obrigatória** para celebrações da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

E assim, nesta ocasião, saúdo calorosamente S. Exa. o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines **e todos os sineenses**. Não posso deixar de agradecer a amizade e a simpatia com que fomos acolhidos, tornando esta experiência memorável.

Cumprimento, também, S. Exa. o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, agradecendo, publicamente, a atenção especial que tem dedicado aos assuntos da Autoridade Marítima. A sua presença nesta cerimónia, a que tem a amabilidade de presidir, é uma honra para a Autoridade Marítima Nacional e o reconhecimento do trabalho que, juntos, temos realizado.

Não posso deixar de felicitar os polícias marítimos aqui formados, pelo brio, empenho e disponibilidade permanentes, vinte e quatro horas por dia, 365 dias por ano, ao serviço da segurança das zonas ribeirinhas e das populações que aí vivem, trabalham ou, simplesmente, escolhem a orla costeira para seu repouso e lazer.

Senhor Almirante Diretor-Geral da Autoridade Marítima e Comandante-Geral da Polícia Marítima, agradeço-lhe as palavras que proferiu, as quais refletem o trabalho que temos desenvolvido, na Marinha e na Autoridade Marítima Nacional, em conjunto, para cumprir Portugal no mar e a partir do mar, ao serviço dos portugueses.

Ilustres e insignes convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

O ambiente de segurança global tem-se tornado cada vez mais volátil e complexo, com múltiplos riscos e ameaças, que afetam o bem-estar das populações ribeirinhas e o progresso dos Estados costeiros. Efetivamente,

os fluxos migratórios irregulares,

os ataques terroristas no domínio marítimo (incluindo a infraestruturas marítimas críticas),

os tráficos ilícitos (de que destaco o narcotráfico),

a pirataria marítima,

os crimes ambientais (designadamente a poluição do mar) e

a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada,

são riscos e ameaças concretos aos interesses nacionais.

Urge, por isso, dar-lhes uma resposta cabal, que deverá passar, entre outras, por duas linhas de força que aqui pretendo sublinhar.

Em primeiro lugar, importa aprofundar o modelo de atuação no mar, que vem sendo seguido no nosso País de há muito: o modelo de Duplo Uso, que congrega a Armada e a Autoridade Marítima Nacional, sob a unidade de comando proporcionada pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, garantindo coerência de atuação, na totalidade dos espaços marítimos nacionais e no vasto leque de atribuições do Estado no mar.

Este modelo permite evitar a criação de marinhas pequenas e especializadas, que acabam por ser dispendiosas e ineficazes. Pelo

contrário, é um modelo assente em economias de escala, que utiliza os recursos nacionais de forma racional e eficiente.

Este é claramente o modelo que melhor serve os interesses de um país com recursos limitados e com uma vasta extensão de águas, sob soberania, jurisdição ou responsabilidade nacional.

Em segundo lugar, e incidindo agora na capacidade da Marinha para responder aos múltiplos desafios que se colocam nos espaços marítimos, é fundamental promover uma dispersão dos meios navais, evitando a concentração de capacidades numa única base, de forma a incrementar a capacidade real de resposta aos riscos e às ameaças já referidos.

Vossa Excelência Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

A Polícia Marítima realiza, em interligação com o Capitão do Porto, uma atuação integrada nos espaços marítimos nacionais, como órgão de fiscalização, investigação e repressão de ilícitos.

Neste quadro de atuação, o Comando-Geral da Polícia Marítima apresenta resultados excecionais para uma força com cerca de 480 elementos, que cobre uma extensa área e que ainda apoia países e organizações amigas.

Assim, em 2024, a Polícia Marítima realizou cerca de 55 mil ações de vigilância e fiscalização, e já este ano, foram realizadas mais de 35 mil – **resultados notavelmente desproporcionados, só possíveis de alcançar devido ao profissionalismo e à dedicação dos seus agentes e, também, ao apoio da Marinha em pessoal e capacidades operacionais**, que lhes permite focarem-se, quase exclusivamente,

nas funções estritamente policiais. Esta é, aliás, mais uma das vantagens do modelo de Duplo Uso, que aproveita a escala e as particularidades de cada parte, em benefício do todo.

A propósito da excelência destes resultados, hoje, não posso deixar de enaltecer a recente atuação da Polícia Marítima na operação envolvendo o navio mercante *Odysseus*, que se revelou um exemplo paradigmático de eficácia e de eficiência no exercício da autoridade do Estado Português nos espaços marítimos sob sua soberania ou jurisdição. Enalteço, portanto, na pessoa do seu Comandante-Geral, Vice-almirante Chaves Ferreira, o desempenho de todos os briosos profissionais da Polícia Marítima, que corporizaram essa atuação, conduzida e executada com elevado profissionalismo e rigor operacional.

Uma atuação que beneficiou do apoio das capacidades da Marinha que foram entendidas necessárias para salvaguardar a soberania e a jurisdição nacionais, no estrito cumprimento das premissas do ordenamento jurídico nacional e do direito do internacional do mar que, **e acrescento eu**, alguns teimam em questionar **por ignorância, má-fé ou prossecução de agendas pessoais!**

Quem interpretar os factos diferentemente, desconhece as bases legais aplicáveis, as competências que a lei comete à Autoridade Marítima Nacional e aos seus Órgãos e, também, os contornos concretos da operação realizada.

Eu, como Autoridade Marítima Nacional, sinto um particular e enorme orgulho por todos os Polícias Marítimos que participaram, direta ou indiretamente, nesta intervenção. E, como Chefe do Estado-Maior da Armada, não posso deixar de reconhecer a capacidade que a

Marinha teve para apoiar a Polícia Marítima, evidenciando extraordinárias sinergias entre duas entidades que – ambas – se cumprem no mar, ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Apesar dos resultados altamente meritórios da Polícia Marítima, não podemos esquecer que a atual orgânica da Autoridade Marítima Nacional foi estabelecida há 23 anos, carecendo de revisão e aperfeiçoamento. Com esse objetivo, temos vindo a trabalhar, em estreita articulação com a tutela, num renovado quadro legislativo, composto por um novo Decreto-Lei de Organização da Autoridade Marítima Nacional e uma nova Lei Orgânica da Polícia Marítima. Destaco, em particular, a importância deste segundo projeto de diploma, que virá preencher um vazio jurídico já com três décadas, porquanto a Polícia Marítima é o único órgão de polícia e de polícia criminal que não tem uma lei orgânica aprovada.

Em paralelo, urge rever o Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, uma vez que o estatuto vigente foi publicado há cerca de 30 anos, carecendo de adaptação às necessidades de uma polícia atual, qualificada para executar as suas missões no âmbito da Autoridade Marítima Nacional. Estas relevantes iniciativas legislativas viram-se adiadas pela interrupção da anterior legislatura, mas retomam agora a sua prioridade inequívoca.

Militares, militarizados, civis, Inspetores, Subinspetores, Chefes, Subchefes e Agentes da Polícia Marítima,

Sois vós, mulheres e homens, que, anónima e diariamente, com grande coragem e extrema dedicação, garantem a segurança no mar e nas zonas ribeirinhas. São inteiramente merecedores do nosso reconhecimento e de todos os esforços que o País possa fazer no sentido de vos proporcionar as condições necessárias para continuarem a desempenhar as vossas funções com profissionalismo e brio.

Sei que tudo fazem para cumprir as missões com sucesso, **muitas vezes em condições adversas, com riscos elevados e num ambiente agreste, como o mar.**

Termino, **exortando-vos a cumprir Portugal no mar e a honrar a nossa história.** É nosso dever **servir a Pátria, todos os dias, com disponibilidade, competência, honestidade e na estrita observância da Lei.**

A bem da segurança marítima e do exercício da autoridade do Estado no mar!

Disse.

Jorge Nobre de Sousa

Almirante